



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO – MEMBRO DO COMITE DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

**Órgão do Partido
Operário Revolucionário**
☎ (11) 95446-2020
www.pormassas.org
@massas.por
anchor.fm/por-massas
Nº 30 – 10 de outubro de 2023

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR) à classe operária e aos demais explorados

MAIS UM CAPÍTULO DE LUTA DOS PALESTINOS CONTRA O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL

PELO FIM DA OPRESSÃO NACIONAL DO POVO PALESTINO!

APOIO INCONDICIONAL AO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS PALESTINOS!

O ataque do Hamas, no dia 7 de outubro, a Israel é mais um dos confrontos militares entre o Estado sionista opressor e a nação oprimida palestina. É velha e desgastada a denúncia de que se trata de um atentado “terrorista” contra um Estado democrático.

O Hamas é uma organização que governa a Faixa de Gaza, sob condições de opressão das mais brutais. Se formou vinculado à Intifada (revolta) de dezembro de 1987, e se ergueu em oposição à capitulação da OLP (Organização pela Libertação da Palestina), sucessora do Fatah (Movimento de Libertação da Palestina), que acabou por reconhecer o Estado sionista de Israel e abandonou a luta do povo palestino pela sua autodeterminação. A OLP também foi caracterizada como organização terrorista até 1991, quando os Estados Unidos conseguiram impor um acordo de abandono da resistência armada em troca da promessa de se chegar à constituição de um Estado Palestino, que também havia sido prometido pela ONU, em 1948, no momento da aprovação da criação do Estado de Israel. A Autoridade Palestina, que governa a Cisjordânia, se constituiu como um instrumento da política norte-americana de sustentação do Estado sionista, por meio da força das armas. Sendo assim, segundo o critério do imperialismo, deixou de ser terrorista. O Fatah criado em 1959 expressou a necessidade da resistência armada à dominação pelo Estado Judeu sobre a Palestina, imposto como resultado da nova partilha do mundo logo após o fim da Segunda Guerra.

Os sionistas e o seus defensores sempre recorrem ao argumento de que a violenta perseguição antissemítica e o Holocausto nazista justificam a criação de um Estado na Palestina, uma vez que a diáspora do povo judeu o espalhou para várias partes do mundo. Essa falsificação histórica serviu e serve de máscara ideológica de que a criação do Estado, concebido pelo movimento burguês sionista, seria a redenção dos judeus, quando, na realidade, se impunha pela força da guerra a expulsão dos palestinos de seu território. Os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar do imperialismo inglês, que até a Segunda Guerra exerceu o poder hegemônico no Oriente Médio, sobre os escombros do império Otomano.

A decisão da ONU de criar um país judeu na Palestina foi obra do capital financeiro e da aliança vitoriosa na Segunda Guerra, sob a égide dos Estados Unidos. Montou-se a farsa de dois Estados coexistindo pacificamente. Os sionistas foram muito bem armados e financiados, o que possibilitou erguer um Estado implantado de fora e por cima das terras palestinas. A população árabe-palestina cedeu seu espaço à custa de ações violentas das milícias sionistas. O imperialismo, por essa via, armou uma guerra interna entre judeus e árabes. De forma semelhante, os palestinos se viram diante de “pogroms”, um método terrorista que as forças

antissemíticas aplicaram contra os judeus, a exemplo do que passou no Império Russo, até que a revolução proletária abrisse caminho para a abolição da opressão nacional e, assim, do nacionalismo reacionário.

A presente investida do Hamas contra a opressão nacional exercida pelo Estado sionista se deu no dia seguinte às comemorações da vitória israelense na Guerra do Yom Kippur, ocorrida em outubro de 1973. O motivo do Egito e Síria se lançarem à guerra foi exatamente a disputa territorial em torno à Península do Sinai e à Colina de Golã, que os israelenses haviam se apossado na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Essas duas guerras, vencidas pelo Estado de Israel, que, para isso, contou com a retaguarda dos Estados Unidos – a ex-URSS, de outro lado, se pôs do lado contrário ao imperialismo, mas, em crise e sob as pressões restauracionistas, não teve capacidade de apoiar os árabes – selaram definitivamente o caráter colonialista da burguesia israelense.

As anexações de Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã, bem como o controle territorial da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, ampliaram as fronteiras do Estado Judeu. A política de assentamentos colonizadores sionistas se encarregou de penetrar fundo na Cisjordânia. Cercou-se a Faixa de Gaza e confinou sua população à condição de um gigantesco campo de concentração. A militarização das relações entre judeus e palestinos nunca foi arrefecida, apesar do acordo de Oslo, de setembro de 1993, ter prometido arrefecer a prepotência de Israel – o mais importante dos acordos.

Os palestinos de Gaza não têm condições elementares de desenvolver sua economia, imperando a pobreza e a miséria. Desde a origem do movimento sionista, esteve claro que implantar um Estado para resolver a diáspora judaica somente seria por meio da imposição imperialista. A decisão da ONU foi obra não do povo judeu, mas das potências imperialistas, guiadas inicialmente pela Inglaterra vencedora da Primeira Guerra e, finalmente, pelos Estados Unidos na Segunda Guerra.

Esse conteúdo de classe e de dominação nacional explica por que nunca cessou o estado de guerra da oligarquia burguesa israelense com os palestinos, embora os países árabes, que enfrentaram o colonialismo sionista nas guerras de 1967 e 1973, tenham se curvado diante do poderio militar dos sionistas e das pressões dos Estados Unidos. As revoltas das massas na Faixa de Gaza iniciadas em 1987 foram em grande medida instintivas, conhecidas por Intifadas, voltando a ocorrer em 2000 e 2008, já impulsionadas pela resistência armada do Hamas. Foram esmagadas pelo poderio militar de Israel, que, por sua capacidade destrutiva, não encontra paralelo no Oriente Médio. Poder que

cresceu em cada confrontação, impulsionado pelo financiamento norte-americano. A bandeira imperialista do direito à autodefesa de Israel contra as organizações terroristas – Hamas, Jihad Islâmica, Hezbollah etc. – é estendida a cada situação de confrontação com a resistência armada dos palestinos.

Nesse exato momento, Binyamin Netanyahu cumpre sua declaração de guerra bombardeando a Faixa de Gaza com os poderosos aviões norte-americanos, como preparação para uma invasão por terra. Por melhor organização militar que o Hamas tenha alcançado, não tem como enfrentar a máquina de guerra sionista que derrotou a aliança do Egito e Síria no enfrentamento de 1973, e que está preparada para uma guerra com o Irã.

A surpreendente ação do Hamas, que deixou centenas de judeus mortos – a maioria civis – e levou consigo dezenas de reféns, não significa capacidade de defender a Faixa de Gaza de uma chacina, entre tantas já ocorridas em décadas de choques. Somente um levante das massas palestinas e árabes poderá travar uma batalha de autodefesa à altura da violência dos sionistas. Mas, para isso, teriam de estar organizadas e armadas para a luta contra a opressão nacional. Essa é a tragédia do povo palestino. De um lado, o Fatah assiste à ofensiva de Israel sobre a Faixa de Gaza; de outro, o Hamas não armou as massas. Os países árabes, tendo a Arábia Saudita à frente, mantêm a população em posição de passividade, e colaboram com a prepotência sionista. O reconhecimento do Estado de Israel pela burguesia árabe significou enterrar a luta contra a opressão nacional e a utopia de erguer um Estado palestino.

A retomada da guerra de intervenção em um patamar mais elevado na Faixa de Gaza ocorre na situação em que os Estados Unidos promovem uma “normalização” de relações da Arábia Saudita e Israel, e a China, por seu turno, aproxima os sauditas com os iranianos. Trata-se de uma composição que se adota em meio à guerra da Ucrânia e à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. A Casa Branca deslocou sua poderosa força naval para as proximidades de Israel. A Rússia arguiu com a hipocrisia de as partes “*implementem um cessar fogo, renunciem à violência e exerçam a contenção necessária e estabeleçam, com a assistência da comunidade internacional, um processo de negociação destinado a estabelecer uma paz abrangente, duradoura e há muito esperada pelo Oriente Médio*”. O presidente da Ucrânia, Zelensky, acusou a Rússia de “*estar interessada em incitar a guerra no Oriente Médio*”. É bem claro o propósito do serviçal dos Estados Unidos, a União Europeia e da OTAN. O governo Lula declarou que ficou “*chocado com os ataques terroristas*”, repetindo assim a propaganda do imperialismo e de seus serviçais.

Esse amplo alinhamento que condena diretamente o Hamas como organização terrorista, que o reprova indiretamente ou que o coloca no mesmo plano de responsabilidade pela escalada militar serve ao imperialismo ou acaba por auxiliá-lo a oprimir os povos semicoloniais e, em particular, a proteger o Estado sionista. Qualquer posição que não se coloque claramente pela derrota da ofensiva de Israel na Faixa de Gaza e, portanto, pela vitória da resistência dos palestinos, que estão sob a direção do Hamas, conclui como instrumento do imperialismo e da oligarquia burguesa judia, que edificou, pela força das armas e do poder econômico, o Estado sionista.

Netanyahu estabeleceu como objetivo de sua guerra na Faixa de Gaza destruir o Hamas. Se conseguir - o que exigirá uma matança sem precedentes de palestinos -, o Estado sionista aumentará a sua capacidade de controlar completamente a Palestina e ampliar o domínio imperialista no Oriente Médio. Tudo indica que as forças israelenses não conseguirão esmagar totalmente a resistência da Faixa de Gaza, mas poderão debilitá-la por um período. Do ponto de vista militar, o Hamas não tem como fazer frente a Israel.

No momento, o problema do armamento da população volta a se colocar. Essa é a via de unir a Faixa de Gaza e a Cisjordânia em defesa de sua autodeterminação, pelo fim das anexações, dos assentamentos e pelo retorno de cerca de cinco milhões de palestinos que foram obrigados a migrar. Judeus e palestinos podem conviver perfeitamente na Palestina sob uma República Socialista.

O Hamas está pelo fim do Estado de Israel e pela retomada do território pelos palestinos, mas se apoia em um nacionalismo utópico e em fundamentos religiosos retrógrados, semifeudais. Por essa via, não tem como acabar com a condição dos palestinos como nacionalidade encarcerada.

A imposição do Estado sionista nos marcos da Segunda Guerra corresponde à decomposição do capitalismo e emersão da hegemonia imperialista do Estados Unidos, muito superior à exercida pela Inglaterra até a Primeira Guerra Mundial, bem como a potenciação das contradições que empurravam a URSS para a restauração e dissolução. A responsabilidade da burocracia estalinista diante da criação do Estado sionista não tem como ficar oculta. O nacionalismo árabe, nas suas distintas variantes, por sua vez, se mostrou impotente e concluiu sucumbindo nas novas condições de domínio imperialista no Oriente Médio e no mundo do pós Segunda Guerra.

A opressão nacional sofrida pelos povos do Oriente Médio permaneceu como um grande problema que somente o proletariado, com seu programa de expropriação da grande propriedade, por meio da revolução social, pode resolver como dirigente da maioria oprimida. A recuperação da unidade territorial da Palestina é uma tarefa democrática que passou para o programa da revolução proletária. A brutal opressão de classe está na base da preservação e recrudescimento da opressão nacional. Não será o Hamas e demais organizações nacionalistas que derrotarão o Estado sionista, que se acha firmemente implantado e capacitado militarmente. A adaptação e a capitulação do Fatah-OLP, que levou à divisão dos palestinos, é um fenômeno que expressa a impotência do nacionalismo burguês e pequeno-burguês em libertar a nação oprimida da dominação imperialista.

A longa experiência de conformação do Estado sionista, sustentada pelo militarismo e assentada em guerras permanentes, demonstra que está esgotada a possibilidade de os palestinos conquistarem um Estado soberano ao lado do Estado de Israel, enquanto o ordenamento das relações econômicas forem ditadas pela dominação imperialista e pela tremenda sujeição à opressão de classe exercida pela oligarquia burguesa. A elevação do confronto dos palestinos, concentrado na Faixa de Gaza e espalhado na Cisjordânia, com o colonialismo do Estado de Israel, é mais um episódio da barbárie que impera no Oriente Médio, que expõe o atraso histórico das revoluções proletárias e dos retrocessos ocorridos nas entranhas da revolução socialista mundial.

A crise de direção comparece retratada de corpo inteiro na situação de saltos no processo de decomposição do capitalismo. A defesa dos palestinos e o combate contra a liquidação do Hamas pelas forças israelenses se coloca no terreno da luta de classes mundial e do programa da revolução social. A derrocada do Estado sionista virá por meio da unidade do proletariado e da maioria oprimida sob a tarefa de estabelecer os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse combate passa pela luta anti-imperialista das nações oprimidas do Oriente Médio, sob o programa e a direção revolucionários. Está colocada a edificação da Frente Única Anti-imperialista. A vanguarda com consciência de classe tem de tomar a frente em todas as circunstâncias possíveis para trabalhar pela derrota da guerra travada pelo Estado sionista na Faixa de Gaza.